



# Estímulo ao reflorestamento

PAULO EDGARD NASCIMENTO DE TOLEDO\* e THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO\*\*

O uso da formação de condomínios como mecanismo alternativo para atender à legislação na composição de florestas da chamada Reserva Legal esteve em destaque na época do polêmico processo de reforma do Código Florestal, em 2001.

Em princípio, todo e qualquer estímulo ao reflorestamento e à recuperação da cobertura vegetal deve ser bem-vindo, principalmente quando está norteado em uma tentativa de ajustar os preceitos legais à real conjuntura sócio-econômica a que estão submetidos os produtores rurais.

Do ponto de vista agrônomo, quanto à adequação das classes de capacidade de uso e à conservação do solo, parece ser racional destinar os

solos mais nobres à exploração de culturas comerciais, e as reservas legais, àquelas com vocação florestal.

De acordo com a Constituição Federal, a competência legislativa em matéria florestal entre os entes federados é concorrente (art. 24, VI) e, desta feita, as legislações estaduais não podem ser menos restritivas do que a legislação federal.

A vertente conservadora (anti-reforma do Código Florestal) condenava a proposta dos condomínios sob o argumento de que o Código Florestal (Lei Federal nº 4771/65), na condição de norma geral, não previa a 'saída' da Reserva Legal da propriedade. Todavia, a Medida Provisória 2166/01, em vigor, prevê tal possibilidade no Parágrafo 11, incorporado ao Artigo 16 do Código Florestal.

Os benefícios dos serviços ambientais gerados pela floresta foram um dos principais motivadores do Legislativo para elaborar o Código Florestal. Uma concreta necessidade de preservar ou recuperar a cobertura florestal outrora existente.

Cada caso deve ser analisado e submetido à aprovação do órgão ambiental, de acordo com os critérios estabelecidos no Parágrafo 4º do Artigo 16, para aprovação de Reserva Legal, conforme a função social da propriedade e os seguintes critérios, quando houver:

- I - O plano de bacia hidrográfica;
- II - O plano diretor municipal;
- III - O zoneamento ecológico-econômico;
- IV - Outras categorias de zoneamento ambiental; e
- V - A proximidade com outra Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

Face à contraposição do 'lucro' (preservação de suas áreas produtivas) com os custos sociais da preservação ambiental, será louvável a análise sob a ótica de bacias hidrográficas, restringindo a troca de áreas aos limites geográficos da própria microbacia e submetendo as propostas aos respectivos comitês de bacias hidrográficas. ■

\*Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA). ptoledo@iea.sp.gov.br

\*\*Pesquisador do Ministério do Meio Ambiente. thomaz.toledo@mma.gov.br

## Aspectos cotejados

### Positivos

- Une pequenos fragmentos em uma área mais extensa;
- Utiliza áreas mais propensas ao uso agrícola;
- Facilita monitoramento e controle.

### Negativos

- Condomínios ficam sem remanescentes entre si, isolando geneticamente;
- Troca de áreas importantes em termos de biodiversidade, por áreas mais pobres;
- Corte raso de uma floresta em estágio avançado, para a formação de um condomínio.